



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI

Nº 344/12

Ementa:

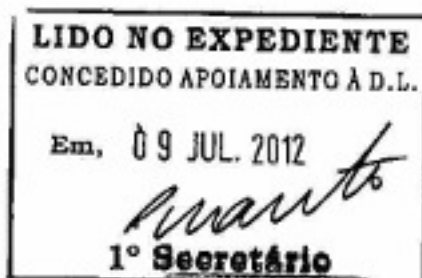
Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de serviços de tv a cabo situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal conforme especifica.

Art. 1º - As empresas prestadoras de serviços de tv a cabo situadas no Estado deverão instituir 01 (um) escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de 100 mil habitantes.

Art. 2º - O referido escritório deverá disponibilizar funcionários para efetuar atendimento pessoal aos clientes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor no prazo de 120 dias a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2012.



Gilberto Ribeiro
GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA


O projeto de lei ora apresentado é uma iniciativa para garantir o direito do consumidor visando à melhoria da qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas de tv a cabo.

Atualmente o serviço denominado *call center* oferecido pelas empresas nem sempre é eficaz e muito menos o tempo de espera satisfaz aos clientes que, ao procurar pelo serviço de atendimento para reclamar de um serviço que não está sendo prestado de forma eficiente ou que deixa de funcionar ou mesmo quando pretende proceder o cancelamento, não tem seus pedidos atendidos.

A obrigatoriedade da implantação de um escritório regional para cada grupo de 100 mil habitantes, a fim de agilizar os serviços prestados por estas empresas visa garantir o cidadão no que concerne a qualidade de atendimento.

Visando satisfazer e proteger o consumidor esta iniciativa tem o intuito de que as empresas disponibilizem mais um canal de atendimento ao cliente: o pessoal.

Diante do exposto aguardo desta Douta Casa de Leis a aprovação da proposta.


GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/12

Projeto de Lei nº 344/12

Autores: Deputado Gilberto Ribeiro

Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de serviços de tv a cabo situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal conforme especifica.

EMENTA: PRODUÇÃO E CONSUMO. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TV A CABO, SITUADAS NO ESTADO DO PARANÁ. ESCRITÓRIO REGIONAL PARA ATENDIMENTO PESSOAL NAS MICRORREGIÕES PARA CADA GRUPO DE CEM (100) MIL HABITANTES. DIREITO DO CONSUMIDOR. LEI Nº 8.078/90 – CDC. ART. 24, V, CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. FAVORÁVEL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro visa obrigar as empresas prestadoras de serviços de tv a cabo, situadas no Estado do Paraná, a instituírem um escritório regional para atendimento pessoal, nas microrregiões, para cada grupo de 100 mil habitantes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, conforme adiante transcrito:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

No mesmo sentido, determina a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)



V - produção e consumo; (grifo nosso)

Conforme justificativa do autor, "é uma iniciativa para garantir o direito do consumidor visando à melhoria da qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas de tv a cabo."

Da análise do projeto em tela, nota-se que o objetivo é melhorar o atendimento aos contratantes, disponibilizando o atendimento pessoal. Assim, trata-se de matéria de direito do consumidor, ante a contratação de produtos e serviços.

O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR no Brasil, dispõe sobre a proteção do consumidor, determinando conforme adiante transcrito:

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

(grifo nosso)

Denota-se que, muito embora exista a regulamentação dos Serviços de Atendimento ao Consumidor – SAC, através do Decreto n. 6523, de 1 de julho de 2008, a mesma compreende tão somente o atendimento por telefone.

Salienta-se, ainda, que existe perante a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 705/2011, que objetiva acrescentar inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a



obrigatoriedade também de atendimento presencial para todas as demandas do consumidor por parte das empresas prestadoras de produtos e serviços.

Diante disso, como o objetivo do projeto em tela é disciplinar o atendimento presencial dos consumidores, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

Ademais, cumpre salientar, em resposta à solicitação do nobre Presidente desta Comissão (Ofício nº 35/2012), sobre matéria semelhante, é o **Parecer Técnico nº 04/2012 da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PR)**, o qual destaca:

“a ausência de atendimento presencial estabelece uma injusta unilateralidade, pois retira do consumidor a capacidade de produzir documentos que comprovem sua solicitação, o que facilita aos fornecedores de má-fé adiar indefinidamente o cumprimento de suas obrigações”.

Diante disso, considerando o entendimento do citado Órgão especializado denota-se a relevância do atendimento presencial ao consumidor.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 11

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.





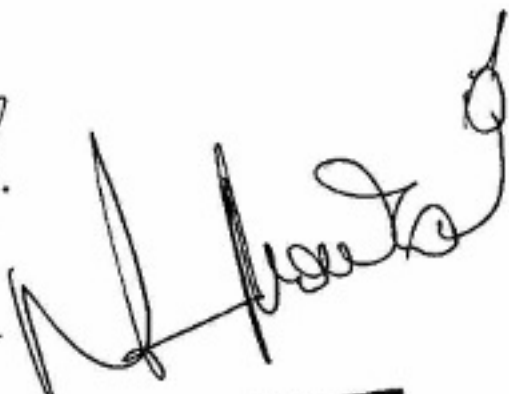
Sala das Comissões, 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR






APROVADO

unanimidade 07/08/12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-1-

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/2012 - COM EMENDAS
SUBSTITUTIVA E MODIFICATIVAS.

EMENTA: COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - OBRIGATORIEDADE DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE TV A CABO EM MANTER ESCRITÓRIOS, NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, PARA ATENDIMENTO PESSOAL - MATÉRIA PERTINENTE À DEFESA DO CONSUMIDOR - COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO - APRESENTAÇÃO DE EMENDA MODIFICATIVA - SEGMENTO DE MERCADO - OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E EQUIDADE - APRIMORAMENTO PARA EFETIVIDADE LEGISLATIVA - APRESENTAÇÃO DE EMENDA ADITIVA.

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) de nº 344/12, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, o qual objetiva determinar que as empresas de operadora de TV a cabo, situadas no Estado do Paraná, instituem um escritório regional para atendimento ao consumidor, nas microrregiões do Estado - para grupos de 100 (cem) mil habitantes.

O autor do projeto em apreço, em sua justificativa, fundamenta que a iniciativa se presta para garantir ao consumidor uma melhoria na qualidade dos produtos e serviços ofertados pelas empresas de TV a cabo.

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

Argumenta que nem sempre os serviços de 'call center' são eficazes, considerando que há consumidores que estão insatisfeitos com o tempo de espera na solução dos problemas por eles apontados. No mesmo sentido ocorre quando o consumidor manifesta sua vontade por cancelar a prestação de serviço junto ao fornecedor.

Ainda, que a obrigatoriedade da implantação de um escritório regional para cada grupo de 100 mil habitantes, se prestaria para agilizar os serviços prestados por estas empresas, visando garantir ao cidadão no que concerne a qualidade de atendimento.

Por fim, afirma que objetivando satisfazer e proteger o consumidor a iniciativa em análise cria mais um canal de comunicação ao consumidor, qual seja o pessoal.

O PL foi analisado em sede de Constituição e Justiça, conforme determinação regimental (art. 33-A, Inciso I¹), recebendo parecer favorável.

Então encaminhado a esta Comissão temática, considerando a matéria versada na proposição.

É o breve relatório, no que se entende pertinente.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

FUNDAMENTAÇÃO

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo².

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da proposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

Insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-P, *in verbis*:

'Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.'

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise busca a criação de mais um canal, ou até mesmo alternativo, ao consumidor para se manifestar e/ou requerer serviços prestados pelas operadoras de TV a cabo.

Inegável que a matéria versada no PL é diretamente ligada ao Direito do Consumidor, devendo ser analisada por esta Comissão temática.

Vencida a questão da competência, passo a analisar o mérito da proposição.

Em um primeiro momento não é demais considerar que a atividade legislativa das Assembleias Estaduais é bem restrita, em decorrência da limitação de competências constitucionalmente definida.

Em consequência desta limitação pode-se afirmar que houve um verdadeiro aprimoramento das legislações estaduais, se procurando editar leis de elevada qualidade que efetivamente atendam os anseios da população.

A Assembleia de Minas Gerais, no ano de 2007, promoveu um congresso acerca do tema, contando com especialistas brasileiros e portugueses, definido os fatores que devem ser considerados para qualificar uma legislação, se concluindo que:

'A qualidade da lei é definida em função de diversos fatores. Sendo os mais relevantes a

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-5-

*utilidade, a capacidade de produzir os efeitos pretendidos, a harmonização com o ordenamento vigente, o equilíbrio entre custos e benefícios, a aplicabilidade e a efetividade da norma*³

Realizo estas considerações iniciais, pois ao analisar o texto da proposição, bem como sua justificativa, entendo estarem presentes as qualidades norteadoras de uma legislação de elevada qualidade, conforme acima mencionado, quais sejam: (i) *utilidade*: presente no ponto de vista que cria mais um canal de comunicação entre consumidor e prestador de serviço, garantindo a efetiva aplicação da legislação consumerista pátria; (ii) *capacidade de produzir os efeitos pretendidos*: Não obstante a emenda modificativa, adiante sugerida, entendo que a legislação tem plena capacidade de se produzir os efeitos pretendidos, quais sejam assegurar ainda mais as garantias dos consumidores brasileiros; (iii) *harmonização com o ordenamento jurídico*: a proposição encontra-se em perfeita harmonia com a legislação pátria em principal com o Código de Defesa do Consumidor; (iv) *equilíbrio entre custos e benefícios*: em relação aos benefícios trazidos pela proposição ao consumidor paranaense, sem sombra de dúvida são inúmeros,

³ CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEGÍSTICA, 2007, Belo Horizonte. Qualidade da lei e desenvolvimento: programação do evento. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.almeg.gov.br/eventos/congresso_legistica_br.asp#texto_referencias>.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-6-

uma vez que estes além de terem mais um canal de comunicação com o prestador de serviço, terá a oportunidade de ser atendido pessoalmente pela empresa o que de certa forma lhe trará mais confiança e credibilidade em seus pedidos, já em relação ao custo se deve ter em mente que este é inerente a própria atividade comercial exercida pela empresa do segmento de mercado ora regulado, presente assim o equilíbrio pretendido; (v) *aplicabilidade*: conforme adiante exponho, entendo que a preposição é de difícil aplicabilidade no que concerne, exigir ao destinatário da legislação que se pretende introduzir no ordenamento jurídico o efetivo cumprimento da mesma, uma vez que não há previsão de sanção; (vi) *efetividade*: por certo que uma vez a legislação sancionada, a mesma se mostrará útil e efetiva ao consumidor, considerando que cria mais um meio de comunicação entre consumidor e prestador de serviço, gerando até mesmo uma maior segurança para as partes envolvidas.

Desta forma compreendo estar presente o interesse público, uma vez que vem garantir ao cidadão mais um canal de comunicação com as prestadoras de serviços na área de TV por assinatura, bem como devidamente auferida a elevada qualidade necessária para a entrada em vigor da preposição em análise.

COMISSÃO DE DESPESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-7-

É de fundamental importância se verificar a pré-existência de legislações que regulamentem acerca do tema que se pretende legislar, justamente para se evitar a insegurança jurídica, em busca tanto na legislação estadual como na legislação federal não encontrei qualquer Lei no sentido da proposição apresentada.

Cumpre-me esclarecer que não obstante já estar regulamentado, por intermédio de decreto Lei, o canal de comunicação com os prestadores de serviços conhecidos como SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), entendo ser não apenas pertinente mas fundamental o atendimento pessoal ao consumidor, justamente com a finalidade de se coibir a odiosa prática do *'empurra - empurra'*, praticada por alguns prestadores de serviços por intermédio de suas centrais de atendimento (*'call center'*).

Ademais é inegável que muitos consumidores se sentem mais confiantes e seguros com documentações físicas a mão para provar seus requerimentos junto ao prestador de serviço, o que pode ser requerido em um atendimento pessoal p.ex., e não apenas com o número de protocolo gerado nas centrais de atendimento ao consumidor.

Ainda, como bem fundamentado pelo Deputado Tadeu Veneri, quando da análise da presente proposição em sede de Comissão de Constituição e Justiça:

'[...] a ausência de atendimento presencial estabelece uma injusta unilateralmente, pois

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-8-

*retira do consumidor a capacidade de produzir documentos que comprovem sua solicitação, o que facilita aos fornecedores de má-fé adiar indefinidamente o cumprimento de suas obrigações.*⁴

Deste modo compreendo que o presente PL é de relevante interesse público, se prestando para aprimorar a relação entre fornecedor/prestador de serviços com os consumidores.

Porém analisando a proposição em sua redação entendo ser mais adequado não apenas se restringir às operadoras de TV a cabo, mas sim ampliar a obrigação para todas as prestadoras de serviços do gênero, e desta forma se utilizando a denominação que a própria ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) faz uso, qual seja '*TV por Assinatura*'.

Ao substituírmos o termo '*TV a cabo*' pelo termo '*TV por assinatura*' incluem-se as operadoras que operam com o sistema de satélite, por antenas diversas e outros sistemas, sendo o mesmo gênero de prestação de serviço que busca o autor do Projeto regulamentar.

Neste ponto, com efeito recordar Natália de Miranda FREIRE, a qual menciona que:

'A redação é a tarefa material de confecção, de montagem, de estruturação do texto legal. No

⁴ Parecer Técnico nº 04/2012 da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PR) - citado no parecer exarado em sede de análise na Comissão de Constituição e Justiça Fls. 10



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-9-

*exercício dessa atividade, o legislador deve-se ocupar do adequado emprego das palavras, da articulação do texto, da sua divisão, da sua sistematização, cuidando, enfim, de todos os aspectos relacionados com a formalização da vontade legislativa*⁵

Ainda, entendo necessária a substituição do vocábulo sugerido para não gerar nenhuma desigualdade entre os prestadores de serviço deste segmento.

Ou seja, a obrigação que se procura impor por intermédio da preposição em análise por certo gera despesas ao prestador de serviço e, portanto não se pode restringir a obrigação à apenas um determinado prestador no mesmo segmento de mercado sob pena de estarmos gerando um desequilíbrio ou desigualdade concorrencial no mercado atingido pela norma.

Desta forma passo a apresentar a presente EMENDA MODIFICATIVA, com fulcro no que autoriza o artigo 137, §4º do Regimento Interno desta Casa e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, ficando alterada a redação da Súmula e do artigo 1º passando a contar com o seguinte teor:

‘Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais

⁵ FREIRE, Natália de Miranda; Técnica e processo legislativo: comentários à Lei Complementar n. 95/1998. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-10-

nas microrregiões para atendimento
pessoal conforme específica.

Art. 1º - *As empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado deverão instituir 01 (um) escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de 100 mil habitantes*

[...] '

Ainda, em análise ao texto ora proposto, vislumbra-se que inexistente a previsão de sanção às empresas que não cumprirem a pretendida determinação.

É necessária a previsão de tal sanção para se evitar que uma vez sancionada e em vigência a lei se torne inocua, portanto, deve conter comando impositivo e coercitivo àquele a quem se dirige a norma jurídica.

Deste modo, entendo que ao prever sanção para o descumprimento do mecanismo que se pretende exigir, se dá maior instrumentalidade à legislação visando uma efetiva e eficiente execução e/ou implementação do ato normativo.

A necessidade de se conter dispositivo prevendo uma sanção se decorre da própria lógica legiferante, uma vez que é a norma que irá conduzir e/ou orientar o comportamento mais adequado do homem médio, de acordo com Ernst ZITELMANN: '

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-11-

‘Primeiramente, o lado do conteúdo: a maneira pela qual o legislador encontra o conteúdo da lei. Isso se vê desde logo, porque toda legislação necessita de ordens e proibições por meio das quais o comportamento dos homens é orientado para uma determinada direção. O trabalho legiferante tem também objetividade, estabelece objetivos determinados e escolhe os meios para alcançá-los. Ele não se constitui em nada mais do que isso, e a crítica do conteúdo da lei deve, necessariamente, ser feita sobre ambos os lados.’⁶ (grifo meu)

Com a finalidade de aprimorar a preposição se apresenta EMENDA ADITIVA, nos termos do artigo 137, §3º do Regimento Interno, acrescentando e alterando o artigo 3º do projeto de Lei, passando a contar com a seguinte redação:

‘Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta Lei, implicará nas sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 80.078/90’

Ainda, com relação a fiscalização da aplicação efetiva da norma que se pretende estabelecer, é necessário ter em mente que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não detém competência de atribuir função aos órgãos

⁶ Livre tradução de ZITELMANN, Ernst. Die Kunst der Gesetzgebung, Dresde: 1904, p. 7. Texto original: ‘Zunächst nun die inhaltliche Seite: in welcher Weise findet der Gesetzgeber den Inhalt der Gesetze Da sieht man sofort; alle Gesetzgebung gebraucht Befehle und Verbote, um damit auf das Verhalten der Menschen nach bestimmten Richtung hin einzuwirken, die gesetzgeberische Arbeit ist also Zwecklätigkeit; sie setzt sich bestimmte Zwecke und wahlit die Mittel zu ihrer Erreichung, in nichts anderem kann sie bestehen, wie denn auch die inhaltliche Kritik des Gesetzes notwendig nach diesen beiden Seiten hin erfolgen muss.’



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-12-

estatais, ou seja secretarias e outros órgãos de apoio, a vista do que determina o artigo 66, inciso IV⁷ da Constituição Estadual.

Desta forma, se compreende que deve haver disposição, na preposição em apreço, no sentido de prever a regulamentação quanto a fiscalização das empresas prestadoras de serviço de TV por assinatura, pelo Poder Executivo.

Mais uma vez, com a finalidade de aprimorar a preposição se apresenta EMENDA ADITIVA, nos termos do artigo 137, §3º do Regimento Interno, acrescentando o artigo 4º do projeto de Lei, passando a contar com a seguinte redação:

'Art. 4º- O Poder Executivo regulamentará a forma de fiscalização.'

As demais alterações contidas na inclusa redação, contendo as alterações sugeridas nas emendas, são tão somente de adequação conforme determina a Lei 95/98, em relação a numeração dos dispositivos.

Com efeito mencionar que o emendamento das proposições é uma técnica legislativa que visa aperfeiçoar

⁷ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: [...] IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-13-

a ideia inicial do autor contidas em um projeto de lei até chegar-se ao texto legislativo adequado às necessidades da sociedade.

As emendas ora apresentadas objetivam o aperfeiçoamento formal da proposta em apreço, sua forma de organização e redação, uma vez que a formalidade e a efetividade é requisito intrínseco das normas jurídicas.

Consigne-se que a possibilidade de se apresentar emenda pelo Relator em sede desta Comissão está regimentalmente prevista no artigo 141 o qual menciona:

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades: [...]

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3o deste Regimento. [...] (Grifo meu)

Deste modo, pelas razões ora expostas entendo pela pertinência da matéria em vista do interesse público, bem como apresentar a emenda supratranscrita me utilizando dos critérios da razoabilidade e equidade.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, apresento as emendas modificativa e aditiva, conforme se encontra no corpo do texto do presente, bem como em documento apartado, opinando pela aprovação do presente PL com as modificações sugeridas, e

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

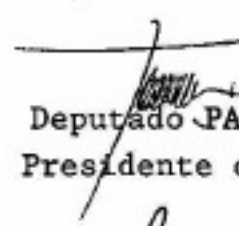
PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

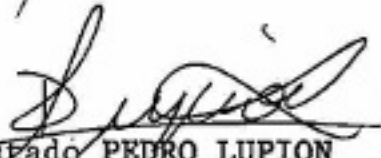


-14-

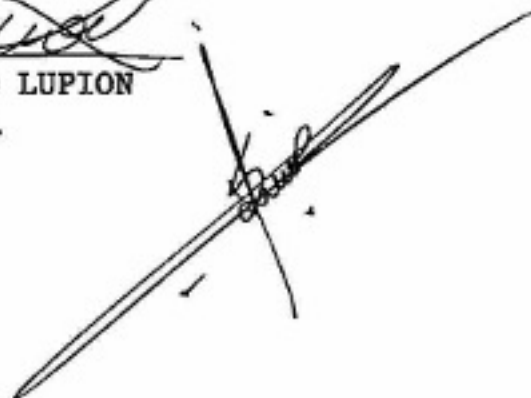
por fim dar seguimento ao presente projeto de Lei nos termos do Regimento Interno.

Sala das Comissões, 05 de ~~Dezembro~~ Junho de 2012.


Deputado PARANHOS
Presidente da CDC.


Deputado PEDRO LUPION
Relator.





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-15-

EMENDA MODIFICATIVA

‘Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal conforme específica.

Art. 1º - As empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado deverão instituir 01 (um) escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de 100 mil habitantes [...]

EMENDA ADITIVA

‘Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta Lei, implicará nas sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 80.078/90’

EMENDA ADITIVA

‘Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a forma de fiscalização.’

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA

Handwritten signature



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-16-

PROJETO DE LEI Nº 344/12
Deputado GILBERTO RIBEIRO

Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal conforme específica.

Art. 1º - As empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado deverão instituir 01 (um) escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de 100 mil habitantes.

Art. 2º - O referido escritório deverá disponibilizar funcionários para efetuar atendimento pessoal aos clientes.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta Lei, implicará nas sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 80.078/90.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a forma de fiscalização.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor no prazo de 120 dias a partir de sua publicação.

Sala das ~~Comissões~~, 05 de ~~dezembro~~ de 2012.

Deputado PARANHOS
Presidente da CDC

Deputado PEDRO LUPION
Relator.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-1-

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/2012 - COM
EMENDAS MODIFICATIVA E ADITIVAS.

EMENTA: COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - OBRIGATORIEDADE DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE TV A CABO EM MANTER ESCRITÓRIOS, NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, PARA ATENDIMENTO PESSOAL - MATÉRIA PERTINENTE À DEFESA DO CONSUMIDOR - COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO - APRESENTAÇÃO DE EMENDA MODIFICATIVA - SEGMENTO DE MERCADO - OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E EQUIDADE - APRIMORAMENTO PARA EFETIVIDADE LEGISLATIVA - APRESENTAÇÃO DE EMENDA ADITIVAS .

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) de nº 344/12, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, o qual objetiva determinar que as empresas de operadora de TV a cabo, situadas no Estado do Paraná, instituem um escritório regional para atendimento ao consumidor, nas microrregiões do Estado - para grupos de 100 (cem) mil habitantes.

O autor do projeto em apreço, em sua justificativa, fundamenta que a iniciativa se presta para garantir ao consumidor uma melhoria na qualidade dos produtos e serviços ofertados pelas empresas de TV a cabo.

**PEDRO
LUPION**
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba,
Paraná | Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br |
dep.pedrolupion@gmail.com



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

Argumenta que nem sempre os serviços de 'call center' são eficazes, considerando que há consumidores que estão insatisfeitos com o tempo de espera na solução dos problemas por eles apontados. No mesmo sentido ocorre quando o consumidor manifesta sua vontade por cancelar a prestação de serviço junto ao fornecedor.

Ainda, que a obrigatoriedade da implantação de um escritório regional para cada grupo de 100 mil habitantes, se prestaria para agilizar os serviços prestados por estas empresas, visando garantir ao cidadão no que concerne a qualidade de atendimento.

Por fim, afirma que objetivando satisfazer e proteger o consumidor a iniciativa em análise cria mais um canal de comunicação ao consumidor, qual seja o pessoal.

O PL foi analisado em sede de Constituição e Justiça, conforme determinação regimental (art. 33-A, Inciso I¹), recebendo parecer favorável.

Então encaminhado a esta Comissão temática, considerando a matéria versada na proposição.

É o breve relatório, no que se entende pertinente.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

FUNDAMENTAÇÃO

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo².

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da preposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

Insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-P, *in verbis*:

'Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.'

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise busca a criação de mais um canal, ou até mesmo alternativo, ao consumidor para se manifestar e/ou requerer serviços prestados pelas operadoras de TV a cabo.

Inegável que a matéria versada no PL é diretamente ligada ao Direito do Consumidor, devendo ser analisada por esta Comissão temática.

Vencida a questão da competência, passo a analisar o mérito da proposição.

Em um primeiro momento não é demais considerar que a atividade legislativa das Assembleias Estaduais é bem restrita, em decorrência da limitação de competências constitucionalmente definida.

Em consequência desta limitação pode-se afirmar que houve um verdadeiro aprimoramento das legislações estaduais, se procurando editar leis de elevada qualidade que efetivamente atendam os anseios da população.

A Assembleia de Minas Gerais, no ano de 2007, promoveu um congresso acerca do tema, contando com especialistas brasileiros e portugueses, definido os fatores que devem ser considerados para qualificar uma legislação, se concluindo que:

'A qualidade da lei é definida em função de diversos fatores. Sendo os mais relevantes a

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-5-

*utilidade, a capacidade de produzir os efeitos pretendidos, a harmonização com o ordenamento vigente, o equilíbrio entre custos e benefícios, a aplicabilidade e a efetividade da norma*³

Realizo estas considerações iniciais, pois ao analisar o texto da proposição, bem como sua justificativa, entendo estarem presentes as qualidades norteadoras de uma legislação de elevada qualidade, conforme acima mencionado, quais sejam: (i) *utilidade*: presente no ponto de vista que cria mais um canal de comunicação entre consumidor e prestador de serviço, garantindo a efetiva aplicação da legislação consumerista pátria; (ii) *capacidade de produzir os efeitos pretendidos*: Não obstante a emenda modificativa, adiante sugerida, entendo que a legislação tem plena capacidade de se produzir os efeitos pretendidos, quais sejam assegurar ainda mais as garantias dos consumidores brasileiros; (iii) *harmonização com o ordenamento jurídico*: a proposição encontra-se em perfeita harmonia com a legislação pátria em principal com o Código de Defesa do Consumidor; (iv) *equilíbrio entre custos e benefícios*: em relação aos benefícios trazidos pela proposição ao consumidor paranaense, sem sombra de dúvida são inúmeros,

³ CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEGÍSTICA, 2007, Belo Horizonte. Qualidade da lei e desenvolvimento: programação do evento. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.almeg.gov.br/eventos/congresso_legistica_br.asp#texto_referencias>.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL. Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-6-

uma vez que estes além de terem mais um canal de comunicação com o prestador de serviço, terá a oportunidade de ser atendido pessoalmente pela empresa o que de certa forma lhe trará mais confiança e credibilidade em seus pedidos, já em relação ao custo se deve ter em mente que este é inerente a própria atividade comercial exercida pela empresa do segmento de mercado ora regulado, presente assim o equilíbrio pretendido; (v) *aplicabilidade*: conforme adiante exponho, entendo que a preposição é de difícil aplicabilidade no que concerne exigir ao destinatário da legislação que se pretende introduzir no ordenamento jurídico o efetivo cumprimento da mesma, uma vez que não há previsão de sanção; (vi) *efetividade*: por certo que uma vez a legislação sancionada, a mesma se mostrará útil e efetiva ao consumidor, considerando que cria mais um meio de comunicação entre consumidor e prestador de serviço, gerando até mesmo uma maior segurança para as partes envolvidas.

Desta forma compreendo estar presente o interesse público, uma vez que vem garantir ao cidadão mais um canal de comunicação com as prestadoras de serviços na área de TV por assinatura, bem como devidamente auferida a elevada qualidade necessária para a entrada em vigor da preposição em análise.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-7-

É de fundamental importância se verificar a pré-existência de legislações que regulamentem acerca do tema que se pretende legislar, justamente para se evitar a insegurança jurídica, em busca tanto na legislação estadual como na legislação federal não encontrei qualquer Lei no sentido da proposição apresentada.

Cumpre-me esclarecer que não obstante já estar regulamentado, por intermédio de decreto Lei, o canal de comunicação com os prestadores de serviços conhecidos como SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), entendo ser não apenas pertinente mas fundamental o atendimento pessoal ao consumidor, justamente com a finalidade de se coibir a odiosa prática do 'empurra - empurra', praticada por alguns prestadores de serviços por intermédio de suas centrais de atendimento ('call center').

Ademais é inegável que muitos consumidores se sentem mais confiantes e seguros com documentações físicas a mão para provar seus requerimentos junto ao prestador de serviço, o que pode ser requerido em um atendimento pessoal p.ex., e não apenas com o número de protocolo gerado nas centrais de atendimento ao consumidor.

Ainda, como bem fundamentado pelo Deputado Tadeu Veneri, quando da análise da presente proposição em sede de Comissão de Constituição e Justiça:

'[...] a ausência de atendimento presencial estabelece uma injusta unilateralmente, pois

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
 GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-8-

*retira do consumidor a capacidade de produzir documentos que comprovem sua solicitação, o que facilita aos fornecedores de má-fé adiar indefinidamente o cumprimento de suas obrigações.*⁴

Deste modo compreendo que o presente PL é de relevante interesse público, se prestando para aprimorar a relação entre fornecedor/prestador de serviços com os consumidores.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, apresento PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DAS EMENDAS ADITIVAS E MODIFICATIVA, que ora se apresenta.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Deputado PARANHOS
 Presidente da CDC.

Deputado PEDRO LUPION
 Relator.

Ruy
 Dep. Ruy Hötter

Dep. Adeline
 Dep. Adeline Azeiteiro

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA

⁴ Parecer Técnico nº 04/2012 da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PR) - citado no parecer exarado em sede de análise na Comissão de Constituição e Justiça Fls. 10



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
 GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-9-

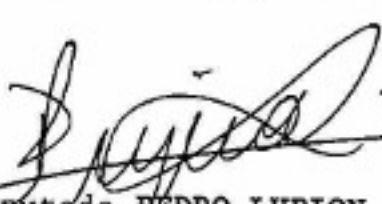
EMENDA MODIFICATIVA

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §4º do Regimento Interno desta Casa e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a redação da Súmula e do artigo 1º que passa a contar com o seguinte teor:

'Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal conforme específica.

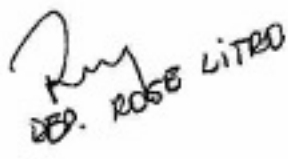
Art. 1º - As empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado deverão instituir 01 (um) escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de 100 mil habitantes [...]

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


 Deputado PEDRO LUPION
 Relator.


 Dep. PAULO ROBERTO
 PRESIDENTE


 DEP. ADELINO


 DEP. ROSE LIRIO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-10-

JUSTIFICATIVA

Analisando a proposição em sua redação entendo ser mais adequado não apenas se restringir às operadoras de TV a cabo, mas sim ampliar a obrigação para todas as prestadoras de serviços do gênero, e desta forma se utilizando a denominação que a própria ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) faz uso, qual seja *'TV por Assinatura'*.

Ao substituírmos o termo *'TV a cabo'* pelo termo *'TV por assinatura'* incluem-se as operadoras que operam com o sistema de satélite, por antenas diversas e outros sistemas, sendo o mesmo gênero de prestação de serviço que busca o autor do Projeto regulamentar.

Neste ponto, com efeito recordar Natália de Miranda FREIRE, a qual menciona que:

*'A redação é a tarefa material de confecção, de montagem, de estruturação do texto legal. No exercício dessa atividade, o legislador deve-se ocupar do adequado emprego das palavras, da articulação do texto, da sua divisão, da sua sistematização, cuidando, enfim, de todos os aspectos relacionados com a formalização da vontade legislativa'*⁵

⁵ FREIRE, Natália de Miranda; Técnica e processo legislativo: comentários à Lei Complementar n. 95/1998. Belo Horizonte:Del Rey, 2002.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-11-

Ainda, entendo necessária a substituição do vocábulo sugerido para não gerar nenhuma desigualdade entre os prestadores de serviço deste segmento.

Ou seja, a obrigação que se procura impor por intermédio da preposição em análise por certo gera despesas ao prestador de serviço e, portanto não se pode restringir a obrigação à apenas um determinado prestador no mesmo segmento de mercado sob pena de estarmos gerando um desequilíbrio ou desigualdade concorrencial no mercado atingido pela norma.

Com efeito mencionar que o emendamento das proposições é uma técnica legislativa que visa aperfeiçoar a ideia inicial do autor contidas em um projeto de lei até chegar-se ao texto legislativo adequado às necessidades da sociedade.

A emenda ora apresentada objetiva o aperfeiçoamento formal da proposta em apreço, sua forma de organização e redação, uma vez que a formalidade e a efetividade é requisito intrínseco das normas jurídicas.

Consigne-se que a possibilidade de se apresentar emenda pelo Relator em sede desta Comissão está regimentalmente prevista no artigo 141 o qual menciona:

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades: [...]

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2012 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-12-

ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3o deste Regimento. [...] (Grifo meu)

Deste modo, pelas razões ora expostas venho requerer o apoio dos nobres pares para a aprovação do PL na forma da emenda ora apresentada.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



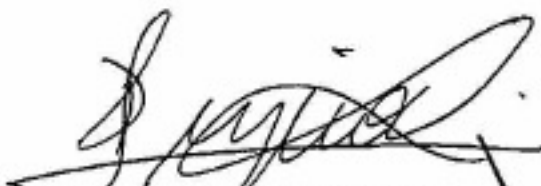
-13-

EMENDA ADITIVA

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §3º do Regimento Interno desta Casa e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, se acrescenta o artigo 3º, no PL em apreço, o qual passa a contar com o seguinte teor:

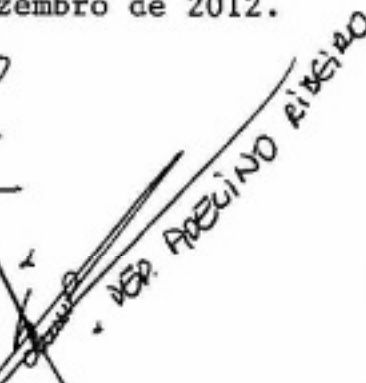
'Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta Lei, implicará nas sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 8.078/90'

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


 Deputado PEDRO LUPION
 Relator.


 DEP. PARANÁ 405
 PRESIDENTE


 DEP. ROSE LITRO


 DEP. ADELINO RINCÃO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-14-

JUSTIFICATIVA

Em análise ao texto ora proposto, vislumbra-se que inexistente a previsão de sanção às empresas que não cumprirem a pretendida determinação.

É necessária a previsão de tal sanção para se evitar que uma vez sancionada e em vigência a lei se torne inocua, portanto, deve conter comando impositivo e coercitivo àquele a quem se dirige a norma jurídica.

Deste modo, entendo que ao prever sanção para o descumprimento do mecanismo que se pretende exigir, se dá maior instrumentalidade à legislação visando uma efetiva e eficiente execução e/ou implementação do ato normativo.

A necessidade de se conter dispositivo prevendo uma sanção se decorre da própria lógica legislante, uma vez que é a norma que irá conduzir e/ou orientar o comportamento mais adequado do homem médio, de acordo com Ernst ZITELMANN: ‘

‘Primeiramente, o lado do conteúdo: a maneira pela qual o legislador encontra o conteúdo da lei. Isso se vê desde logo, porque toda legislação necessita de ordens e proibições por meio das quais o comportamento dos homens é orientado para uma determinada direção. O trabalho legislante tem também objetividade, estabelece objetivos determinados e escolhe os meios para alcançá-los. Ele não se constitui em nada mais do que isso, e a

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-15-

*crítica do conteúdo da lei deve, necessariamente, ser feita sobre ambos os lados.*⁶ (grifo meu)

Com efeito mencionar que o emendamento das proposições é uma técnica legislativa que visa aperfeiçoar a ideia inicial do autor contidas em um projeto de lei até chegar-se ao texto legislativo adequado às necessidades da sociedade.

A emenda ora apresentada objetiva o aperfeiçoamento formal da proposta em apreço, sua forma de organização e redação, uma vez que a formalidade e a efetividade é requisito intrínseco das normas jurídicas.

Consigne-se que a possibilidade de se apresentar emenda pelo Relator em sede desta Comissão está regimentalmente prevista no artigo 141 o qual menciona:

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades: [...]

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3o deste Regimento. [...] (Grifo meu)

⁶ Livre tradução de ZITELMANN, Ernst. Die Kunst der Gesetzgebung, Dresde: 1904, p. 7. Texto original: 'Zunächst nun die inhaltliche Seite: in welcher Weise findet der Gesetzgeber den Inhalt der Gesetze Da sieht man sofort; alle Gesetzgebung gebraucht Befehle und Verbote, um damit auf das Verhalten der Menschen nach bestimmten Richtung hin einzuwirken, die gesetzgeberische Arbeit ist also Zwecklätigkeit; sie setzt sich bestimmte Zwecke und wahl die Mittel zu ihrer Erreichung, in nichts anderem kann sie bestehen, wie denn auch die inhaltliche Kritik des Gesetzes notwendig nach diesen beiden Seiten hin erfolgen muss.'



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-16-

Deste modo, pelas razões ora expostas venho
requerer o apoio dos nobres pares para a aprovação do PL
na forma da emenda ora apresentada.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
 GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



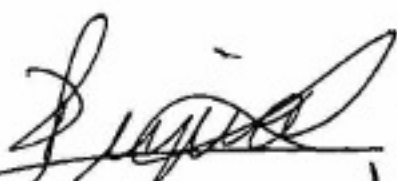
-17-

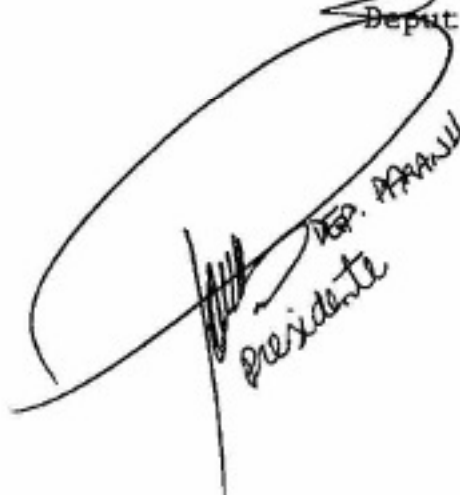
EMENDA ADITIVA

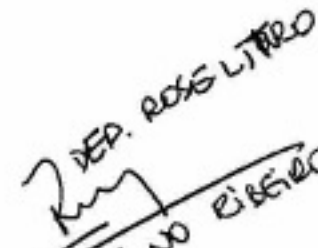
Com a finalidade de aprimorar a proposição se apresenta EMENDA ADITIVA, nos termos do artigo 137, §3º do Regimento Interno, acrescentando o artigo 4º do projeto de Lei, passando a contar com a seguinte redação:

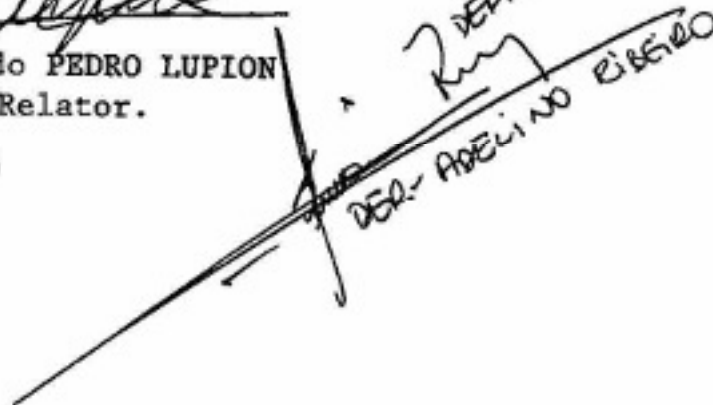
'Art. 4º- O Poder Executivo regulamentará a forma de fiscalização.'

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


 Deputado PEDRO LUPION
 Relator.


 Dep. Adriano
 Presidente


 Dep. Rosalvo


 Dep. Adelino Ribeiro

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-18-

JUSTIFICATIVA

Com relação a fiscalização da aplicação efetiva da norma que se pretende estabelecer, é necessário ter em mente que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não detém competência de atribuir função aos órgãos estatais, ou seja secretarias e outros órgãos de apoio, a vista do que determina o artigo 66, inciso IV⁷ da Constituição Estadual.

Desta forma, se compreende que deve haver disposição, na preposição em apreço, no sentido de prever a regulamentação quanto a fiscalização das empresas prestadoras de serviço de TV por assinatura, pelo Poder Executivo.

Com efeito mencionar que o emendamento das proposições é uma técnica legislativa que visa aperfeiçoar a ideia inicial do autor contidas em um projeto de lei até chegar-se ao texto legislativo adequado às necessidades da sociedade.

A emenda ora apresentada objetiva o aperfeiçoamento formal da proposta em apreço, sua forma de organização e redação, uma vez que a formalidade e a efetividade é requisito intrínseco das normas jurídicas.

⁷ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: [...] IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-19-

Consigne-se que a possibilidade de se apresentar emenda pelo Relator em sede desta Comissão está regimentalmente prevista no artigo 141 o qual menciona:

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades: [...]

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3o deste Regimento. [...] (Grifo meu)

Deste modo, pelas razões ora expostas venho requerer o apoio dos nobres pares para a aprovação do PL na forma da emenda ora apresentada.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARECER AO PL Nº 344/2011 - COM EMENDA

PROJETOS DE LEI COM EMENDAS DE PLENÁRIO OU COMISSÕES

PARECER ÀS EMENDAS ADITIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 344/12

Projeto de Lei nº 344/12

Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor - Deputado Pedro Lupion.

Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de serviços de TV a cabo situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento especial, conforme especifica.

EMENTA: EMENDAS ADITIVA E MODIFICATIVA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33-A, 137 E 138 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, tinha como objetivo dispor medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de serviços de TV a cabo situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento especial, conforme especifica, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Tadeu Veneri.

Ocorre que, recebeu Emendas Aditiva e Modificativa da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria do Deputado Pedro Lupion. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO


De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo



29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as emendas ora em tela foram propostas pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conceituando aditiva e modificativa, vide §3º e 4º deste mesmo artigo.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Desta forma, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de tão somente proporcionar melhor técnica legislativa à presente emenda, propõe-se a seguinte Subemenda Substitutiva Geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das presentes Emendas Aditiva e Modificativa propostas pela Comissão de Defesa do Consumidor, na forma da **SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL ÀS EMENDAS DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO PROJETO DE LEI Nº 344/2012

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda Substitutiva Geral, a qual visa alterar as Emendas de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor que passam a vigorar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de serviços de **TV por assinatura** situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal conforme específica.

Art. 1º. As empresas prestadoras de serviços de **TV por assinatura** situadas no Estado do Paraná deverão instituir 01 (um) escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de 100 mil habitantes.

Art. 2º. O referido escritório deverá disponibilizar funcionários para efetuar atendimento pessoal aos clientes.

Art. 3º. O descumprimento do disposto nesta Lei, implicará nas sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a forma de fiscalização.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05/03/2013.

PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual

RELATOR

APROVADO

unanimidade 05/03/13

PRESIDENTE



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/2012

Súmula: Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de serviços de tv a cabo situado no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal conforme específica.

Autor: Deputado Gilberto Ribeiro.
Relator: Deputado Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA: Visando satisfazer e proteger o consumidor, a fim de agilizar os serviços prestados por estas empresas, melhorando a qualidade dos produtos e serviços prestados.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Defesa do Consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE DA COMISSÃO

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA

RELATOR

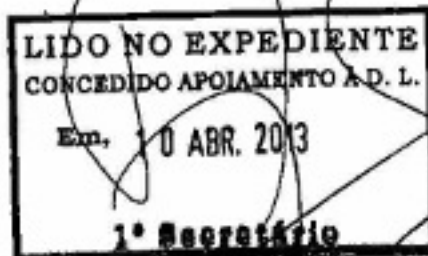
Caíto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Alceu Maron Filho



PROJETO DE LEI Nº 131 | 2013




Declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital da Fazenda Rio Grande - AMIHFAZ, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital da Fazenda Rio Grande - AMIHFAZ, instituição com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 05.626.905/0001-95, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, à Rua Francisco Claudino dos Santos, 430, Bairro Pioneiros.

Parágrafo Único – A mencionada instituição está sujeita aos termos da Lei Estadual 16.888 de 01 de agosto de 2008.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2013.


ALCEU MARON FILHO
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A Associação dos Amigos do Hospital da Fazenda Rio Grande - AMIHFAZ, exercendo suas atividades desde Fevereiro de 2001, têm por objetivo a mobilização dos diversos segmentos da comunidade para a captação de recursos a serem aplicados na aquisição de equipamentos, reformas e serviços em prol do Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida de Fazenda Rio Grande - Paraná.

A AMIHFAZ atuando por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, canaliza doações de recursos físicos, humanos e financeiros para: auxiliar na manutenção e reforma do hospital e pronto atendimento; auxiliar na manutenção dos veículos do Hospital; auxiliar pessoas carentes com a distribuição de medicamentos e alimentação, promover campanhas de divulgação de atividades relacionadas a qualidade de vida, saúde e cidadania; auxiliar entidades carentes como creches, escolas de excepcionais deficientes físicos; disponibilizar voluntários para as atividades no Hospital e Pronto Atendimento. Ao longo dos anos de atuação já foram realizadas diversas doações, dentre elas destacamos: Mesa cirúrgica, fogão e forno industrial, micro ondas, máquina de costura, lençóis, colchões, cobertores, berços, aparelhos de TV, freezer, cadeiras, mesas, entre outros produtos que constam devidamente registrados nos documentos contábeis da entidade.

Cabe destacar, que o principal objetivo da Associação é viabilizar meios que auxiliem a transformação estrutural do Hospital de Fazenda Rio Grande - PR, aprimorando toda a sua contextualização, para que em um futuro próximo seja enquadrado como um hospital de excelência e deste modo proporcionando uma melhor qualidade de vida aos munícipes de Fazenda Rio Grande e região.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 131/2013

Projeto de Lei nº. 131/2013

Autora: Deputado Alceu Maron Filho

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL DA FAZENDA RIO GRANDE**, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alceu Maron Filho tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL DA FAZENDA RIO GRANDE**, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre;
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome da entidade que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 07 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 131/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 131/2013, passa a contar com a seguinte redação:

"Súmula- *Declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital da Fazenda Rio Grande, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande".*

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Amigos do Hospital da Fazenda Rio Grande, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Art. 2º- Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.


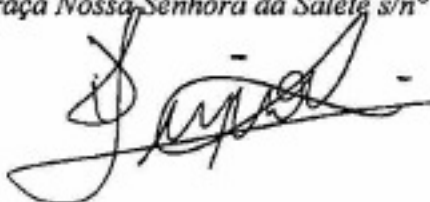
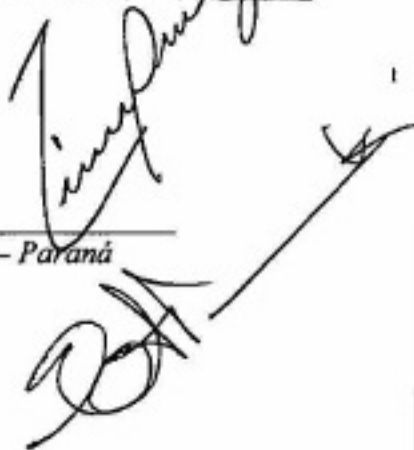
Sala das Comissões, em 07 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

APROVADO

07.05.13




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI 167/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 07 MAIO 2013
1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o **Instituto do Bem-estar Social Ebenezer**, com sede no município de São Jorge do Patrocínio e foro no município de Altônia.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o **Instituto de Bem-estar Social Ebenezer**, com sede no município de São Jorge do Patrocínio e foro no município de Altônia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2013.

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O **Instituto do Bem-estar Social Ebenezer**, com sede no município de São Jorge do Patrocínio, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, desenvolvendo suas atividades sem discriminação de classe social, nacionalidade, sexo, cor e crença, tendo por finalidade melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, defendendo-os, organizando-os e desenvolvendo trabalho social junto aos idosos, jovens e crianças, bem como atua na defesa, prevenção e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento social sustentável e na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 16.888 de 2011, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 167/2013

Projeto de Lei nº. 167/2013

Autor: Deputado Toninho Wandscheer

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **INSTITUTO DO BEM-ESTAR SOCIAL EBENEZER**, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Toninho Wandscheer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DO BEM-ESTAR SOCIAL EBENEZER - IBESE**, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



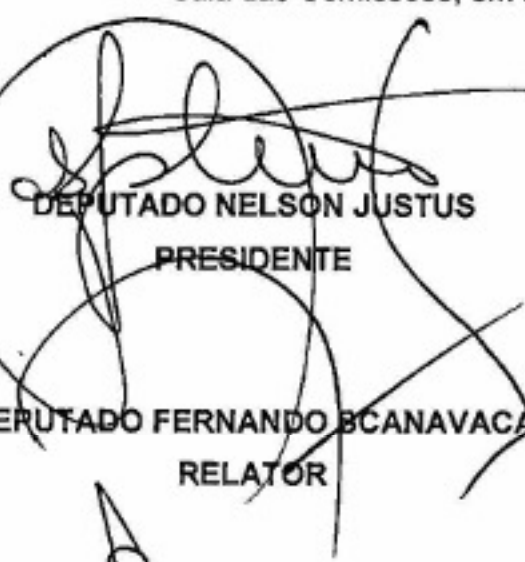
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 21 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

21.05.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 167/2013


De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 167/2013, passa a contar com a seguinte redação:

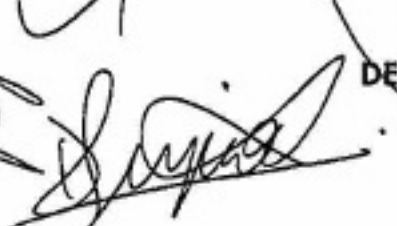
SÚMULA - Declara de Utilidade Pública o **INSTITUTO DO BEM-ESTAR SOCIAL EBENEZER - IBESE**, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o **Instituto do Bem-estar Social Ebenezzer - IBESE**, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia.


Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO

21.05.13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~PROJETO DE LEI 197/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Pinhal de São Bento.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pinhal de São Bento, do imóvel constituído pelo Lote 05 da Quadra 11, com uma área de 1.230,00 m², situado na Rua Presidente Vargas nº 1.136, conforme a Matrícula nº 7.514, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para construção de uma Unidade Básica de Saúde, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício

MENSAGEM

Nº 044/2013

Curitiba, 15 de maio de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 20 MAIO 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 25/05/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao Município de Pinhal de São Bento, do imóvel constituído pelo Lote 05 da Quadra 11, com uma área de 1.230,00 m², situado na Rua Presidente Vargas nº 1.136, conforme a Matrícula nº 7.514, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, pelo referido município, exclusivamente para construção de uma Unidade Básica de Saúde

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que será usado exclusivamente para os fins previstos, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo também retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.853.920-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 197/2013

Projeto de Lei nº 197/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 044/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Pinhal de São Bento.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 044/2013, visa efetuar a doação, ao Município de Pinhal de São Bento, do imóvel constituído pelo Lote nº 05, da Quadra 11, com área total de 1.230,00 m², situado na Rua Presidente Vargas nº 1.136, conforme a Matrícula nº 7.514, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Observa-se do Art. 2º, do presente projeto, a previsão da cláusula de inalienabilidade, bem como, o uso exclusivo para o serviço público municipal.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



de utilidade pública, ou para fins de
assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

21.05.2013 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 197/2013

Projeto de Lei nº 197/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 044/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Pinhal de São Bento.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 197/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 044/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Pinhal de São Bento no Estado do Paraná, da área constituída de 1.230,00 m², conforme descrito na Matrícula nº 7.514 do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 197/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Pinhal de São Bento no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para atender a Saúde Básica da população com a construção de uma Unidade Básica de Saúde, que servirá como uma forte referência regional para toda a população. O atendimento prioritário da Saúde está nos itens de maior necessidade do município, por esta razão referida proposição 197/2013 vem de encontro ao interesse direto de todos. Uma ação que fortalecerá a atenção básica e o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade social já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado de forma pública e específica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 197/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 044/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 197/2013, no que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



justifica-se, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Pinhal de São Bento, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 197/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 27 de maio de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


ELTON WELTER


Jonas Guimarães


Adelino Ribeiro


Teruo Kato


Pastor Edson Praczyk


TERCÍLIO TURINI
Relator